

Valor Econômico, 21 de Dezembro de 2022

Alta de gastos pode ter ‘efeitos deletérios’ em 2023, diz FGV Ibre

Boletim Macro vê avanço de 0,2% do PIB no ano que vem e aponta possibilidade de recessão técnica

Por: Marta Watanabe

O aumento de gastos sinalizado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição sinaliza expansão fiscal que pode ter “efeitos deletérios” sobre a economia brasileira em 2023, com efeitos sobre a evolução da dívida pública combinados com baixo crescimento e inflação e juros elevados, aponta o Boletim Macro, que deve ser veiculado hoje pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Segundo a edição de dezembro do boletim, no cenário considerado mais provável, a instituição projeta alta de 0,2% para o PIB de 2023 contra 3% esperados para 2022. Para a economista Silvia Matos, coordenadora do boletim, o cenário do ano que vem inclui, “eventualmente”, recessão técnica no segundo e terceiro trimestres.

Ainda que faltem muitas definições e que a previsão de despesas mais altas fique limitada a um ano, conforme acordo divulgado ontem por lideranças da Câmara dos Deputados, a PEC tem ponto de partida alto em termos de gastos e dá sinais de política fiscal expansionista, diz Silvia. “Podemos colher mais inflação, mais desemprego e menos crescimento com essa agenda desorganizada que não sabemos até onde vai, mas que tem dado pistas não muito boas.”

No cenário-base do Ibre, diz Silvia, espera-se nova desaceleração do PIB no último trimestre deste ano, com crescimento zero contra os três meses anteriores, feito o ajuste sazonal. Isso levaria a um crescimento de 3% em 2022, taxa recalculada - a projeção anterior era de alta de 2,7% - após as revisões das Contas Nacionais de 2020 e 2021 pelo IBGE.

A evolução esperada para o PIB em 2022, explica Silvia, deve deixar como herança estatística um crescimento de 0,4% para o PIB em 2023. O cenário-base do Ibre prevê que o PIB cresça abaixo disso no ano que vem, com alta de 0,2%, dado também revisado de projeção anterior de 0,1%, considerando resiliência esperada do setor de serviços. A estimativa para o PIB cíclico, componente do PIB que responde a estímulos e choques monetários, é de contração de 0,2%.

Artigo do boletim assinado por Silvia, em parceria com o economista Armando Castelar, destaca que o processo de desaceleração econômica iniciado no segundo semestre deste ano deve se intensificar. O efeito da normalização pós pandemia, que tanto beneficiou o setor de serviços em 2022, deve perder força. O crédito às famílias, que puxou a demanda doméstica, também já está se retraindo, ficando mais caro e escasso.

A desaceleração global, por sua vez, avaliam, seguirá pesando sobre o preço das commodities, também com efeito negativo sobre a atividade nesses setores. “E o sinal de que o novo governo traz uma agenda de desfazer as reformas dos últimos anos, da Lei das Estatais ao novo marco regulatório do saneamento, vai pesar sobre o investimento”, diz o boletim.

A política monetária, apontam Silva e Castelar, deve ajudar menos do que se esperava. “Não mais contemplamos redução da taxa de juros no ano que vem. O processo de desinflação tem sido muito gradual e as incertezas sobre o futuro do arcabouço fiscal do país, fruto de estímulos fiscais excessivos, deve ser o cenário mais provável.”

Link da matéria original:
<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/21/alta-de-gastos-pode-ter-efeitos-deleterios-em-2023-diz-fgv-ibre.ghtml>